

REFLEXOS PEDAGÓGICOS DA SIMPLIFICAÇÃO DO GERÚNDIO EM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Geisa Borges da Costa¹

RESUMO: Este trabalho, de natureza empírica e de cunho predominantemente descritivo, verificou o fenômeno linguístico da simplificação da partícula *ndo >* no do gerúndio na fala de estudantes da quarta série do ensino fundamental de duas escolas situadas na cidade de Catu-Ba, uma pública e outra particular. O estudo fez ainda um cotejo entre os usos dos estudantes, em diferentes situações de fala, e o que prevê a norma-padrão; além disso, buscou, com base nos princípios da sociolinguística laboviana, verificar a influência de fatores diastráticos para a simplificação do gerúndio. Os resultados indicaram, basicamente, a ocorrência majoritária da forma não-padrão do gerúndio nos dois grupos de estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: linguística; sociolinguística; gerúndio; ensino de língua portuguesa.

ABSTRACT: *This work, of empirical nature and predominantly descriptive matrix, verified the linguistic phenomenon of the simplification of the particle *ndo >* in the one of the gerund in it speaks of students of the fourth series of the basic education of two situated schools in the city of Catu-Ba, a public and another particular one. The study cotejo still made one enters the uses of the students, in different situations of it speaks, and what it foresees the norm-standard; moreover, it searched, on the basis of the principles of the laboviana sociolinguística, to verify the influence of diastráticos factors for the simplification of the gerund. The results had indicated, basically, the majoritária occurrence of the form not-standard of the gerund in the two groups of students.*

KEY-WORD: *linguistics; sociolinguística; gerund; education of Portuguese language.*

Introdução

A relação intrínseca entre língua e sociedade parece ser consensual, já que é através dela que a comunicação entre os membros de uma comunidade se efetiva, tornando-se um sistema eficiente de interação social, que realiza inúmeras possibilidades comunicativas. A

¹ Mestranda em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

comunicação é elemento básico para a vida humana em sociedade, e esta se dá, fundamentalmente, pela linguagem. Entendida, assim, a linguagem seria um fenômeno de natureza social e como tal não poderia ser estudado fora do âmbito em que se insere.

Ora, se não se pode considerar a língua fora do contexto social, na medida em que sua função seria não apenas transmitir informações, como também estabelecer e manter contatos sociais entre os falantes, não se pode também deixar de lado o fato de que ela vai acompanhar e refletir os padrões de comportamento e valores sociais. Assim é que, no contexto das relações sociais, há sempre uma ordenação valorativa das variedades lingüísticas em uso, que reflete a hierarquia dos grupos sociais (ALKMIN, 2006, p. 39).

As sociedades de tradição ocidental oferecem um caso particular de variedade prestigiada: a variedade padrão, por ser esta “coincidente” com as variedades faladas pelas classes mais altas, sendo difundida, principalmente, pelas gramáticas normativas, tidas pelos indivíduos como as grandes detentoras do saber lingüístico. Desse modo, ainda vigora na sociedade uma concepção tradicional de língua abstrata e homogênea, que busca sempre a “pureza” da língua, idealizando uma correção lingüística que estaria refletida nos compêndios gramaticais e nos dicionários, desvalorizando todas as outras manifestações lingüísticas que são consideradas como uma deficiência lingüística, e, o que é pior, desconsiderando também as pessoas que fazem uso delas.

Uma sociedade e uma cultura multifacetadas e plurais só podem abrigar uma língua multifacetada e plural. Dessa forma, nossa luta tem que ser pelo reconhecimento, admissão e valorização da diversidade e da pluralidade em todas as esferas da vida social (BAGNO, 2002, p.39). Desse modo, se se concebe a língua como reflexo (pelo menos até certo ponto) da sociedade, é natural que, concretizando-se numa sociedade estratificada e desigual, os fenômenos lingüísticos também atendam à diversidade sócio-cultural e econômica de seus falantes.

Nesse sentido é que o trabalho que ora se apresenta tenta mostrar que, mesmo na escola tradicional, onde há intensa cobrança e exigência da norma-padrão, a língua falada tende a se simplificar, independente dos mecanismos que a regulam, demonstrando, assim, que, nem mesmo

a força dos órgãos institucionais ou dos “comandos paragramaticais”, para usar as palavras de Bagno (2002), são capazes de frear a variação e que a gramática normativa não consegue regulamentar determinados aspectos da linguagem falada, apesar de ainda ter uma grande força para os professores e para a escola. Nesses termos, o trabalho pretendeu:

- levantar e quantificar as ocorrências de formas verbais no gerúndio utilizadas por estudantes da quarta série de duas escolas, uma pública e uma privada;
- fazer um cotejo entre o uso dos estudantes e o que prevê a norma-padrão;
- verificar os níveis de ocorrência da simplificação do gerúndio em diferentes situações de fala;
- verificar a influência de fatores diastráticos para a ocorrência da forma não-padrão do gerúndio.

As hipóteses que nortearam este trabalho foram:

1. os estudantes da escola privada usariam mais a forma padrão que os da escola pública;
2. em uma situação específica – o jogo da memória – a simplificação atingiria índices bem maiores que nas outras situações.

2 Os estudos da sociolingüística

Insurgindo-se contra a teoria de que a língua seria um sistema homogêneo e abstrato, em 1964, em um congresso organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia em Los Angeles, surge a Sociolingüística. Para Bright, ela deveria relacionar as variações observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social da sociedade. Sendo assim, o objeto de estudo da sociolingüística seria a diversidade lingüística, concebendo a

língua não como algo fixo, mas como um organismo vivo que se desenvolve e se transforma ao longo do tempo, influenciada pela ação das relações sociais e evoluindo junto com a sociedade.

Entretanto, a Sociolinguística só vai atingir seu apogeu com os estudos de William Labov sobre o inglês falado na comunidade da ilha de Marta Vineyard, no litoral de Massachusetts, em que o autor aponta o papel decisivo dos fatores sociais para a explicação da variação linguística observada. Labov relaciona fatores extra-linguísticos como idade, sexo, origem étnica ao comportamento linguístico dos falantes da ilha, analisando a frequência e distribuição da variável linguística na pronúncia dos ditongos /ay/ e /aw/.

Assim, “os propósitos de descrever a heterogeneidade linguística e de encontrar um modelo capaz de dar conta das influências dos fatores sociais da língua só passaram a ter êxito com Labov” (MONTEIRO, 2000, p. 57). Inclusive, para ele, o próprio termo sociolinguística era redundante, pois Labov não concebia que se fizesse estudo linguístico sem se levarem em conta os fenômenos sociais; ou seja: todo enfoque linguístico teria que ser necessariamente social.

Opondo-se ao modelo estruturalista de abstração da língua, a sociolinguística vai reconhecer a heterogeneidade ou variação linguística como condição própria e essencial ao sistema linguístico, defendendo que seria a ausência de variação o fenômeno irregular ao sistema. Além disso, essas estruturas variantes seriam regulares e passíveis de sistematização, surgindo assim a teoria da variação ou sociolinguística variacionista, que tem como principal objeto de estudo a fala dos indivíduos de uma dada comunidade linguística, através da análise quantitativa dos dados linguísticos de cada falante.

2.1 Considerações em torno do conceito de norma

Esta seção pretende fazer algumas observações baseadas no que dizem alguns autores acerca da idéia de norma, distinção esta que será importante para o entendimento do estudo em questão, já que, conforme Lucchesi (2004), o conceito de norma tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento da teoria linguística voltada para os padrões habituais e coletivos de comportamento linguístico.

O uso comum das formas lingüísticas é que distingue os diversos grupos sociais. Esse uso comum caracteriza o que se chama de a norma lingüística de determinado grupo (cf. FARACO, 2002, p. 38). Ora, se essa norma é quem distingue e identifica os grupos da sociedade, os indivíduos vêm-se como pertencentes a determinados grupos através não só da utilização de determinadas formas lingüísticas como também os valores sócio-culturais que estão acoplados a estas formas.

Ora, esses grupos não vivem isolados da sociedade como um todo, assim o intercâmbio social faz com que essas inúmeras normas entrem em contato umas com as outras, o que gera múltiplas influências e eventualmente mudanças lingüísticas. Assim, numa sociedade diversificada e estratificada como a nossa, haverá também várias normas lingüísticas.

Para Cunha (1968, p. 38), todo nosso comportamento social está regulado por normas a que devemos obedecer, se quisermos ser corretos, acontecendo o mesmo com a linguagem, com a diferença de que, em geral, as suas normas são mais complexas e mais coercitivas. O autor cita Jespersen (1947, p.178), que define o “lingüisticamente correto” como aquilo que é exigido pela comunidade lingüística a que se pertence. Para ele, “falar correto significa o falar que a comunidade espera, e erro em linguagem equivale a desvios desta norma, sem relação alguma com o valor interno das palavras ou formas. Apesar disso, o autor reconhece que, independentemente disso, “existe uma valorização da linguagem na qual seu valor se mede com referência a um ideal lingüístico, o qual considera-se como norma padrão” (CUNHA, 1968, p. 38).

Desse modo, o termo *norma* é polissêmico, comportando alguns conceitos que são relevantes para se entender e discutir o problema do trabalho pedagógico com a língua portuguesa na escola pública brasileira, sobretudo nas séries iniciais, uma vez que é nesse momento que educandos oriundos de classes populares, entram em contato com a variedade padrão da língua portuguesa. Assim, à luz dos principais estudiosos da questão, tentaremos explicitar aqui o que se tem entendido por norma lingüística, com o objetivo de dar uma visão panorâmica sobre o assunto.

Castilho (2002, p. 29) denomina um conceito amplo e um conceito estrito de norma. Esse conceito mais estrito é que seria de maior interesse para o ensino por entender-se como os usos e as atitudes de uma classe social de prestígio, distinguindo-se como norma objetiva, norma subjetiva e norma prescritiva, esta última encarada e difundida pela escola como sendo a representação única e exata da língua.

A norma normativo-prescritiva ou norma-padrão nasce no seio da filosofia grega, buscando um sentimento de unidade através da descrição e correção lingüística fundamentada na língua literária dos clássicos gregos, desenvolvendo-se assim “um esforço pedagógico para fixar a língua em um certo estado de pureza” (MATTOS E SILVA, 2001, p. 14).

Essa norma normativo-prescritiva passa a ser codificada nas gramáticas pedagógicas, qualificando-se automaticamente de erro tudo aquilo que não segue esse modelo, desconsiderando-se todos os outros usos lingüísticos em favor apenas da norma-padrão, preconizada pelas mesmas como a única certa e, portanto, aceitável.

Essa concepção de norma lingüística trabalha com abstrações como se a língua “ fosse um corpo estável, homogêneo, um produto acabado, pronto para o consumo, uma caixa de ferramentas já testadas e aprovadas, que devem ser usadas para se obter determinado resultado e devolvidas para a caixa no mesmo estado em que a encontramos” (BAGNO 2002, p. 25). Daí, a distância entre a norma normativo-prescritiva, que trabalha com um ideal lingüístico codificado nas gramáticas normativas tradicionais, e o uso real dos recursos lingüísticos observados nas inúmeras variedades do português do Brasil. Desse modo, a variação, a mudança lingüística e tudo aquilo que foge do padrão são vistos como desvio, como erro e não como língua, atribuindo-se, portanto, à língua um caráter homogêneo e abstrato.

Os progressos dos estudos lingüísticos vieram mostrar a falsidade e radicalismo em que a gramática normativa sustentava a correção da língua, adotando uma análise lingüística exclusivamente descritiva e não normativa, opondo-se decisivamente aos “guardiões do idioma”. Entretanto, os professores de português, tradicionalmente, têm sido os mais veementes defensores da “correção lingüística”, contribuindo em muitos aspectos para essa redução do idioma à norma-

padrão, esquecendo-se de que nem eles próprios, em muitos casos, são falantes da norma-padrão como tem mostrado vários pesquisadores ao longo dos anos. Assim é que Cunha (1984, p. 43) questiona:

como poderiam pois ensinar o funcionamento de um mecanismo que eles mesmos não manejam com habilidade? E argumenta que essa situação deriva de preconceitos falazes, de não distinguirem eles, com a necessária nitidez o caráter abstrato da língua como sistema da forma concreta que ela reveste na fala, a estrutura lingüística do ato lingüístico, de condicionarem a seleção de meios expressivos a duvidosos conceitos de certo e errado, de puro e impuro.

Uma nova proposta para o conceito de norma foi introduzida pelo lingüista romeno Eugênio Coseriu, que entendia a norma como parte intermediária entre a *langue* e a *parole*, apresentando uma ruptura que representava uma crítica à bipartição saussureana. Para Coseriu (1979, p. 49), nas estruturas que compõem a língua é importante distinguir entre o que é simplesmente normal ou comum (norma) e o que é oposicional ou funcional (sistema). Nesse sentido, se por um lado a norma é mais ampla que o sistema por conter um número maior de traços, num outro sentido seria mais restrita, pois representa uma seleção dentro das possibilidades de realização admitidas pelo sistema, sendo que essa seleção apresenta variações externas (sociais ou regionais) e internas (combinatórias e distributivas). Assim sendo, a norma de uma língua representaria seu equilíbrio externo entre as várias realizações permitidas pelo sistema e seu equilíbrio interno entre as variantes combinatórias e distribucionais. Para este autor, uma língua funcional é um sistema de oposições funcionais e realizações normais, ou seja, sistema e norma. Assim, o sistema seria as possibilidades que indicam os caminhos abertos e fechados de um falar compreensível na comunidade, enquanto a norma seria um sistema de realizações obrigatórias consagradas social e culturalmente, correspondendo não ao que se pode dizer, mas ao que já se diz em determinada comunidade de fala. Visto desse modo, o sistema corresponderia às formas ideais de realização de uma língua, enquanto a norma seria os modelos realizados.

Portanto, na concepção de Coseriu, a norma refere-se ao como se diz e não ao como se deve dizer, contrariando o conceito da norma prescritiva. Desse modo, Coseriu desenvolveu uma teoria de norma social em oposição à tradicional norma prescritiva, propondo a tríade sistema/norma/fala, entendendo-a como uma parte intermediária entre a *langue* e a *parole*. Para ele, enquanto a *langue* e a *parole* representam, respectivamente, as oposições funcionais do sistema lingüístico e a realização concreta e individual das possibilidades oferecida pela língua, a norma seria justamente uma realização coletiva, que determina as realizações lingüísticas numa dada comunidade.

2.2 Padrão lingüístico ideal e real

Segundo Rodrigues (2002, p.13), os padrões ideais definem o que se espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações, ao passo que os padrões reais derivam da observação sobre a maneira como as pessoas *realmente se comportam em dadas situações*. Nesse sentido é que a língua também pode ser descrita em termos de padrões lingüísticos ideais e reais, obtendo-se como padrão de comportamento real as análises espontâneas da fala de um indivíduo ou de alguns membros da comunidade, e padrão de comportamento ideal aquilo que estes mesmos membros consideram como a melhor expressão da língua, ainda que não a utilizem.

O próprio Labov, para resolver o problema da delimitação dos limites da comunidade de fala, trabalhou com o ideal lingüístico da comunidade, definindo assim a comunidade de fala pela unidade dos julgamentos e da avaliação do comportamento lingüístico que os falantes fazem da língua, ou seja, uma comunidade de fala se definiria então pelos mesmos ideais lingüísticos dos falantes. Assim, a idéia de perceber que o outro está falando “errado” é um índice de que fazem parte da mesma comunidade de fala e se alguém foge desse ideal lingüístico é avaliado negativamente. Para Labov, numa cidade como Nova Yorque, os falantes mais velhos não pertencem à mesma comunidade dos mais jovens, pois não seguem as mesmas normas relativas ao uso da língua, distinguindo-se quanto às regras e atitudes face ao uso do idioma.

Na nossa sociedade ocidental, o padrão lingüístico tido como ideal é aquele veiculado pelas gramáticas normativas e pelos órgãos que regulam a variação da língua, julgando todas as demais variantes como desvio lingüisticamente inaceitável . Esse padrão ideal, que se fundamenta no tradicionalismo gramatical, em torno do qual se orienta toda uma sociedade, defendido também pelos órgãos educacionais, governamentais e até mesmo culturais, tem difundido e mantido um modelo lingüístico autoritário e excludente para a maioria da população de baixa renda, que por motivos sócio-econômicos não dominam esse saber lingüístico prestigiado socialmente e que além do preconceito social, cultural e moral ainda sofrem também do preconceito lingüístico.

Numa sociedade estratificada como a nossa, o padrão ideal, eleito pela própria comunidade, tende a ser o dialeto das classes de maior prestígio social e para muitos, aprender a língua significa aprender esse dialeto, desconsiderando, portanto, todas as outras formas *reais* de fala.

Desse modo, quando ouvimos comentários de que os brasileiros ou os alunos não sabem falar o português direito ou que a língua portuguesa está se deteriorando ou até mesmo empobrecendo, o que realmente ocorre é que esses indivíduos podem não ter o domínio desse padrão tido como ideal, utilizando uma variante estigmatizada, que é vista como uma deturpação da primeira, usada por aqueles que “não sabem a língua”.

Dessa forma é que, afirma Cunha (1984, p. 24)

se algumas verdades que rolam há dezenas de anos pelos campos da ciência fossem incorporadas a nossas gramáticas expositivas, evitariam que continuassem a misturar, sem distinção, o geral com o particular, o presente com o passado, o morto com o vivo e a legitimar apenas formas e construções de autores de outras épocas que não pensavam como nós e, por conseqüência, como nós não podiam falar nem escrever.

2.3 A variação lingüística

Toda língua é composta por um conjunto de variantes, seja ela utilizada por uma comunidade isolada ou por milhares de falantes, ou seja, a linguagem nunca é concretizada de uma mesma forma por todos os indivíduos ou até por um mesmo indivíduo. Bright (1963, *apud* MONTEIRO, 2000, p. 28) afirma que a tarefa da sociolingüística é mostrar a variação sistemática da estrutura lingüística em consonância com a estrutura social. Assim sendo, essas variações não são aleatórias. Estas dimensões se encontrariam condicionadas aos fatores sociais com os quais a diversidade lingüística se encontra relacionada. Esses fatores extralingüísticos que condicionam a maneira de falar do indivíduo são de três espécies, segundo a sociolingüística francesa, de acordo com Pretti (1997, p.40): geográficas ou diatópicas, fundamentadas na oposição da linguagem urbana e rural; sócio-cultural ou diastráticas, influenciadas por fatores ligados ao falante (idade, sexo, raça, profissão, posição social, grau de escolaridade, classe econômica) ou à situação de comunicação (influência de ambiente, tema, estado emocional do falante, grau de intimidade entre os falantes), contextuais ou diafásicas (níveis de fala formal ou coloquial).

Assim sendo, não existe variação livre, já que os falantes vão assumir um comportamento lingüístico influenciados, principalmente, pelos fatores sociais. Ora, levando-se em conta que através das variantes os falantes possuem diversas possibilidades de transmitir a mesma mensagem, com o mesmo valor de verdade dentro de uma comunidade lingüística, essa escolha se não é determinada pelo contexto lingüístico, sofre influência direta de fatores externos ou extra-lingüísticos. Dessa forma é que Labov não concebia um estudo lingüístico que não se preocupasse em estudar a língua relacionando-a com os fatores de ordem sócio-cultural. Assim, esses fatores sociais são preponderantes para o estudo da variação, já que são eles que quase sempre determinam o comportamento lingüístico dos falantes.

Porém, há fatos na língua que não estão sujeitos à variação. São estruturas invariantes que se definem como categóricas, já que o falante não pode violá-las. Conforme Monteiro (2000, p. 58), do mesmo modo que existem, em maior número, as regras variáveis, ou seja, as formas distintas e aplicáveis num mesmo contexto para se transmitir um mesmo conteúdo informativo, existem também as regras categóricas ou invariantes, as quais o falante não pode

infringir, pois isso poderia prejudicar ou mesmo inviabilizar a comunicação entre os indivíduos. Por exemplo, o uso da marca do plural em sintagmas verbais no português popular do Brasil admite algumas variações possíveis, como nesta oração: “os meninos falam”, “os menino fala”, “os meninos fala”. A depender das características sócio-culturais dos falantes, eles vão utilizar uma ou outra variante, já que as três são perfeitamente funcionais dentro do sistema lingüístico do português brasileiro. Isso é o que caracteriza uma regra como variável; um outro exemplo também seria o rotacismo em algumas palavras como “brusa”, “praca”, “grobo”, que define bem através da escolha dessa variante o perfil sócio-econômico do falante que acaba sendo estigmatizado tanto quanto a variante utilizada por ele. Assim é que podemos reafirmar que não existe variação livre, pois a escolha do falante será determinada muito mais por fatores extra-lingüísticos. Já as regra categóricas, como foi dito acima, são aquelas que traduzem o que não é possível na língua, independente do grau de instrução do falante, sob pena de infringir a funcionalidade do sistema lingüístico. Assim, no português brasileiro, por exemplo, não se utilizam frases com o artigo posposto ao nome, como em “fala meninos os”, pois essa alteração provocaria uma construção agramatical. Desse modo, essa construção não é aceitável no sistema lingüístico do português brasileiro.

Assim, as escolhas feitas pelos falantes nos usos das variantes lingüísticas correspondem à diversidade dos grupos sociais, ou seja, a variabilidade social é refletida através da heterogeneidade lingüística, atribuindo-se também valores sociais às variantes. Dessa forma, geralmente uma variante vai ter prestígio social se utilizada por falantes de um grupo social considerado superior; fazendo o percurso contrário, vai ser estigmatizada quando associada a falantes de classe considerada inferior, os quais vão querer imitar a variante prestigiada a fim de também buscar um prestígio social. Sobre isso, Monteiro (2000, p. 64) exemplifica historicamente a propagação do /s/ implosivo ou “chiente” que passou a existir no dialeto carioca a partir de 1808, quando a corte portuguesa fixou residência no Rio de Janeiro. Os portugueses pronunciavam assim o /s/ e sua pronúncia se transformou numa espécie de símbolo de nobreza, que foi imitado pela população local. Para o autor, a variedade lingüística própria da classe dominante se impõe como marca de prestígio e determina a atitude dos falantes dos grupos dominados face à sua própria variedade, o que para Labov gera inúmeros sentimentos de

culpabilidade ou de inferioridade lingüística que levam muitos falantes a se envergonharem dos seus próprios dialetos.

É pertinente refletir que é dessa mesma forma preconceituosa que a escola tem trabalhado com a variedade padrão nas aulas de língua portuguesa, tentando e conseguindo inculcar no aluno que essa é a única variedade (sim, porque existem inúmeras outras, a variedade padrão é só mais uma nesse emaranhado de variantes) aceitável e correta, transmitindo, ou melhor, impondo uma visão segregadora e ,até mesmo, maniqueísta de língua. Não é raro ouvirmos expressões do tipo: “não sei falar português”, “inglês é mais fácil que português” que demonstram a visão distorcida que o falante ou o aluno tem da sua língua, visão esta reforçada e mantida pelos compêndios gramaticais tão caros aos professores e às instituições escolares.

Dessa maneira é que dentre tantos preconceitos expostos pela nossa sociedade de classes, um dos mais violentos é o que se instaura nos usos da linguagem. Se o falante mora na zona rural ou no subúrbio, se tem baixa ou nenhuma escolaridade e se sua maneira de falar é diferente das pessoas que estão no topo da pirâmide social, ele é ainda mais discriminado socialmente e as variantes empregadas por estes indivíduos dos estratos mais baixos da população chegam a um alto grau de estigmatização, já que a valoração lingüística pressupõe a valoração social.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho, de natureza empírica, embasado em princípios e técnicas da sociolingüística laboviana – já que verifica a produção oral dos falantes, considerando além dos fatores lingüísticos, as influências de fatores sócio-culturais a que a linguagem humana está submetida – analisa dados relativos à simplificação da forma de gerúndio. O *corpus* de língua falada foi constituído com um grupo de oito estudantes do último ciclo do ensino fundamental I, de ambos os gêneros (masculino e feminino assim distribuídos:

- Grupo a: quatro estudantes (dois do sexo masculino e dois do sexo feminino) da rede pública de ensino;
- Grupo b: quatro estudantes (dois do sexo masculino e dois do sexo feminino) da rede privada de ensino;

Para a operacionalização de tal modelo, a prática utilizada foi a da entrevista sociolingüística, na qual são coletadas narrativas de experiência pessoal, pois, conforme Tarallo (2001, p. 21), o objetivo de se fazerem as entrevistas sociolingüísticas é o de coletar a língua em uso, o vernáculo, com o mínimo de tensão que a presença do documentador possa causar, sem alterar tanto a naturalidade da situação de coleta de dados. Outro fator ainda que justifica o uso desse método, segundo Tarallo, é que ao narrar suas experiências pessoais mais envolventes, o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma.

Para a coleta dos dados foram utilizadas três estratégias: a primeira foi constituída mediante a gravação de cerca de quatro horas de entrevistas com oito estudantes da quarta série do ensino fundamental I de duas escolas situadas em áreas urbanas, sendo que uma pertence à rede pública de ensino e outra à rede privada. A segunda foi constituída mediante a aplicação de um jogo denominado “jogo da memória”, em que esses mesmos estudantes, através da observação de algumas figuras, deveriam falar algumas ações praticadas pelos personagens expostos por meio dos desenhos e repeti-los depois. Evidentemente, essas ações contemplavam o fenômeno lingüístico em questão sem que os mesmos percebessem. A terceira estratégia contemplou uma leitura de textos narrativos, onde se encontravam algumas palavras no gerúndio, a fim de verificar se a fala espontânea dos alunos refletir-se-ia também na leitura. Desse modo, foi possível observar a utilização do fato lingüístico não só através das conversas informais como também por meio de uma fala mais dirigida.

4 Análise dos dados

Conforme já foi dito, o *corpus* em estudo constitui-se de duas amostras de língua falada (amostra I e amostra II). A primeira coletada através de gravações de conversas informais com os estudantes e a segunda coletada através de um jogo, mediante o qual se pretendia

observar se o fato de uma fala mais refletida e menos casual interferiria na escolha da variante utilizada. De acordo com os dados, pode-se afirmar que o fenômeno lingüístico da simplificação do gerúndio ocorre majoritariamente em todo o *corpus*, independente da proveniência dos alunos, se de escola particular ou de escola pública.

A escolha desse fenômeno para a análise se deu porque, conforme observado, a simplificação do gerúndio é sistemática e praticamente categórica para os falantes nas situações informais, independente de classe social, constituindo um fato geral no português do Brasil tanto nas normas de falantes das classes populares quanto nas normas de falantes das classes consideradas cultas.

A seguir, apresentar-se-ão os resultados mediante o estudo do *corpus*.

DADOS DA ENTREVISTA

Tabela I - Simplificação nos alunos de escola pública

Sexo	Informantes	Variantes	
		-ndo	-no
Feminino	1	0	30
	2	0	35
	Total	0	65
	%	0	100%
Masculino	3	0	10
	4	0	11
	Total	0	21
	%	0	100%

Tabela II – Simplificação nos alunos de escola particular

Sexo	Informantes	Variantes	
		-ndo	-no

Feminino	1	4	37
	2	0	18
	Total	4	55
	%	6,78	93,22
Masculino	3	2	18
	4	1	16
	Total	3	34
	%	8,2	91,8

Como se pôde observar, o gerúndio em sua forma simplificada tem um índice de ocorrência quase categórico na amostra; além disso, nota-se que os alunos da escola particular ainda conservam, num índice bem baixo – cerca de 8% dos casos – , o gerúndio em sua forma padrão, o que pode indicar que talvez isso só ocorra em virtude de um maior policiamento da escola em que estudam frente aos usos dos alunos. Entretanto, ressalte-se, ao que parece o gerúndio em sua forma padrão já não faz parte do vernáculo dos estudantes, independentemente de sua classe social, como apontam os números gerais fornecidos pela tabela abaixo:

Tabela III: taxa total de simplificação do gerúndio

Representação das ocorrências	- ndo	-no
n.º	7	182
%	3,7	96,29

Apenas por uma questão de curiosidade, fizemos uma análise das ocorrências levando em consideração o gênero dos estudantes. Supúnhamos inicialmente que esse fator não seria relevante, até porque vários estudos sociolingüísticos acerca dos mais diversos fenômenos do português brasileiro destacam a quase nula influência do fator gênero. É o que podemos ver na tabela abaixo:

Tabela IV: Taxas gerais de simplificação do gerúndio – fator gênero

Sexo	Escolas	Variantes	
		-ndo	-no
Feminino	E1 + E2	4/130	126/130
	Total %	3, 08	96, 92
Masculino	E1 + E2	3/59	56/59
	Total %	5, 08	94, 92

As tabelas abaixo evidenciam a ocorrência do fenômeno em estudo num registro diferente do das entrevistas sociolingüísticas. Para a coleta dos dados apresentados a seguir, elaboramos um jogo em que os estudantes olhavam vinte figuras que mostravam atividades humanas e, sem olhar, teriam que lembrar do máximo de figuras. Essa foi uma forma de descontraí-los ainda mais e, com isso, registrar novas ocorrências do gerúndio. A hipótese que levantamos foi a de que, devido à situação de descontração, os alunos, especialmente os da escola particular, abandonariam a forma padrão do gerúndio. Vejamos os dados abaixo:

DADOS DO JOGO

Tabela V– Simplificação nos alunos de escola particular

Sexo	Informantes	Variantes	
		-ndo	-no
Feminino	1	11	6
	2	16	6
	Total	27	12
	%	69, 24	30, 76
Masculino	3	9	9
	4	16	4

	Total	25	13
	%	65, 79	34, 21

Tabela VI – Simplificação nos alunos de escola pública

Sexo	Informantes	Variantes	
		[-ndo]	[-no]
Feminino	1	0	17
	2	0	20
	Total	0	37
	%	0	100%
Masculino	3	0	22
	4	0	19
	Total	0	41
	%	0	100%

Como evidenciam as tabelas acima, no uso dos estudantes da escola pública não há variação, pois todas as formas utilizadas são não-padrão. Entretanto, o contrário ocorre entre os alunos da outra escola: a forma padrão do gerúndio é majoritária. O resultado, de fato, nos surpreendeu. Mas, talvez, uma explicação esteja no fato de que, durante o jogo, os estudantes tinham que falar os verbos no gerúndio isoladamente ou em pequenas frases, tornando, com isso, saliente o material fonético que constitui a forma em questão.

Ainda com vistas a registrar a simplificação do gerúndio em outro registro de oralidade, solicitamos aos estudantes que fizessem a leitura de um texto narrativo em que alguns verbos – oito, precisamente – estavam no gerúndio. O objetivo era verificar como, durante a leitura, os estudantes pronunciaríamos os verbos em questão. De todos os estudantes, dois, um da rede pública e outro da rede particular, pronunciaram dois verbos que estavam no gerúndio em sua forma não-padrão, o que reforça a idéia de que a forma padrão do gerúndio já não faz parte do vernáculo dos estudantes, ainda que o número de ocorrências do fato neste tipo de registro tenha sido pequeno.

4 Considerações finais

Antes de se apresentarem considerações relativas aos resultados desta pesquisa, é preciso destacar o caráter restrito deste trabalho, que se baseou num *corpus* reduzido, o que dificulta o desenvolvimento de considerações mais consistentes e precisas sobre os fatos em estudo. Todavia, apesar de tais limitações, este não se trata de um trabalho cujos resultados são apriorísticos ou sem comprovação empírica.

A presente investigação seguiu as diretrizes necessárias para um projeto de pesquisa e, portanto, é fundamentada em princípios teóricos consistentes, relativos à Sociolingüística Variacionista. A análise dos dados foi feita, mesmo com um *corpus* pequeno, de modo criterioso, sempre com a preocupação com o rigor científico e metodológico, o que garante a veracidade do que é descrito ao longo do trabalho.

Assim sendo, a análise do comportamento lingüístico dos alunos da escola pública e particular em foco, em relação à variável lingüística apagamento do “d” no gerúndio, permitiu-nos constatar que ao que parece este fenômeno não apresenta caráter estigmatizante, já que mesmo os alunos oriundos da classe média, estudantes de uma escola tradicional de Catu fizeram quase que categoricamente o apagamento da variante “d” no gerúndio.

Dessa forma, pode-se dizer, conforme demonstraram os dados do *corpus* analisado, que, no que tange ao apagamento do “d” no gerúndio, o uso dos informantes catuenses apresenta-se como uma regra variável, ou seja, embora a ausência do “d” constitua o uso majoritário, a forma padrão ainda existe, embora empregada em menor número pelos falantes do PB, o que demonstra a variabilidade do fenômeno.

A análise do *corpus* permitiu constatar que a ocorrência da forma padrão na fala dos estudantes de escola particular é pequena. Tal ocorrência sugere, de algum modo, a influência da

escola, embora claramente essa influência não seja suficiente para fazer os estudantes empregarem a forma padrão na maioria dos seus usos quando estão em situação de informalidade, o que pode ser indício de que a forma não padrão já faz parte do vernáculo do aluno, mesmo daquele aluno oriundo de classes sócio-culturalmente favorecidas. Além disso, o fenômeno lingüístico em questão, geralmente, não é objeto de programação escolar e a ausência de estigmatização desse traço lingüístico faz com que a forma padrão não seja tão cobrada pela escola e pela sociedade.

Conforme Cunha (1968, p.25) toda questão da língua brasileira, ainda hoje, se resume na luta contra as regras inflexíveis dos puristas, dos gramáticos retrógrados, sempre contrários a inovações e defensores de um desarticulado sistema idiomático, simples mosaico de formas e construções colhidas em épocas diversas do passado literário.

É verdade que, apesar de todo terrorismo purista que ainda reina nas instituições de ensino, uma boa parte dos professores mais jovens, ou que se atualiza, já têm consciência da seriedade e importância das pesquisas e discussões da lingüística acerca desse ensino normativo e excludente tal qual o conhecemos em que os ditos mestres baseiam-se apenas nos compêndios gramaticais desconsiderando tudo aquilo que não seja regido pelos mesmos, inclusive as variantes que os próprios professores utilizam em sua fala.

Desse modo, faz-se indispensável reconhecer e compreender as diversas formas da língua falada, para que se possa ter uma idéia mais concreta e verdadeira sobre o idioma e suas diversidades, pois só assim, conhecendo e aceitando a realidade lingüística da comunidade ou dos alunos, é que se pode entender a língua como algo dinâmico e mutável e não continuar a debilitar o ensino de língua portuguesa com aquilo que só o transforma em um monstro assustador e irreal.

REFERÊNCIAS

- ALKMIN, Tania Maria. Sociolingüística. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina(Orgs.). **Introdução à lingüística I: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2003, p.21-48.
- BAGNO, Marcos (Org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002 .
- CASTILHO, Ataliba de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos. (Org.). **Lingüística da norma**. São Paulo, Loyola, 2002, p.27-35.
- COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística**. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mario Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- CUNHA, Celso. **Uma política do idioma**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- CUNHA, Celso. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística histórica**. São Paulo: Ática, 1991.
- LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da lingüística moderna**. São Paulo: Parábola, 2004.
- LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Lingüística da Norma**. São Paulo: Parábola, 2002, p.63-90.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no ensino de português**. São Paulo: Contexto; Salvador: EdUFBA, 1996.
- MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Rio de Janeiro: vozes, 2000.
- PRETTI, Dino. **Os níveis de fala**. São Paulo: Edusp, 1997.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna . Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, Marcos(Org.).**Lingüística da norma**.São Paulo: Loyola, 2002, p.11-23.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 2001.